



ESCOLA DE
HUMANIDADES

OFICINA DO HISTORIADOR

Oficina do historiador, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 1-13, jul.-dez. 2020
e-ISSN: 2178-3748

<http://dx.doi.org/10.15448/2178-3748.2020.2.37785>

SEÇÃO: DOSSIÊ

O Cariri visto de baixo: movimentos camponeses em tempo de seca, fome, epidemia e recrutamento no Primeiro Reinado¹

The Cariri seen from below: peasant movements in times of drought, famine, epidemic and recruitment in the First Kingdom

Ana Sara Cortez Irffi²

orcid.org/0000-0002-0111-8196
anasaracortez@gmail.com

Ana Isabel RPC Reis³

orcid.org/0000-0003-3026-3787
belparente@gmail.com

Recebido em: 22/4/2020.

Aprovado em: 8/8/2020.

Publicado em: 21/12/2020.

Resumo: Este artigo estuda as ações e experiências da população camponesa do Cariri Cearense, chamada *cabra*, destacando que elas devem ser encaradas como movimento de reação racional de uma população fragilizada, em um ambiente frequentemente hostil pela ocorrência de secas prolongadas e a epidemia de varíola frente à luta pelo acesso à terra e a melhores condições de vida. Visto de baixo, o Cariri de terras verdes e férteis pela presença de canaviais e da Serra do Araripe, se tornou um ambiente árido na perspectiva dos camponeses. A seca dos anos de 1825, 1826 e 1827, seguida pela fome e pela epidemia de varíola, e o recrutamento para a guerra da Cisplatina, em 1828, atingiu em cheio as populações camponesas da região, cuja reação política foi expressa na adesão à Revolta do Pinto Madeira. Nesse processo, a reação dos camponeses foi usada pela elite senhorial para destacá-los como grupos perigosos, fanáticos, anárquicos.

Palavras-chave: História do Brasil. Seca. Epidemia. Movimentos camponeses.

Abstract: This article studies the actions and experiences of the peasant population of Cariri Cearense, called *cabra*, highlighting that they must be seen as a rational reaction movement of a suffered population, in an environment often hostile by the occurrence of prolonged droughts and the smallpox epidemic in the face of struggle for access to land and better living conditions. Seen from below, the Cariri with green and fertile lands due to the presence of cane fields and Serra do Araripe, has become an arid environment from the perspective of peasants. The drought of the years 1825, 26 and 27 followed by famine and the smallpox epidemic and the recruitment for the Cisplatin war in 1828, hit the peasant populations of the region, whose political reaction was expressed in adherence to the Pinto Revolt Wood. In this process, the reaction of the peasants was used by the lordly elite to highlight them as dangerous, fanatical, anarchic groups.

Keywords: History of Brazil. Dry. Epidemic. Peasant movements.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Este artigo está vinculado ao INCT PROPRIETAS e foi financiado pelo Edital Universal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com o projeto Ceará de Papel: Cartografias, Computadores e Pesquisa Histórica.

² Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, CE, Brasil.

³ Universidade Regional do Cariri (URCA), Crato, CE, Brasil.

O Cariri Cearense

Impossível descrever o deleite que senti ao entrar neste distrito, comparativamente rico e risonho, depois de marchar mais de trezentas milhas através de uma região que naquela estação era um pouco melhor que um deserto. A tarde era das mais belas que me lembra ter visto, com o sol a sumir-se em grande esplendor por trás da Serra de Araripe, longa cadeia de montanhas a cerca de uma légua para o oeste da Vila; e o frescor da região parece tirar aos seus raios o ardor que pouco antes do poente é tão opressivo ao viajante nas terras baixas. A beleza da noite, a doçura revigorante da atmosfera, a riqueza da paisagem, tão diferente de quanto, havia a pouco, houvera visto, tudo tendia a gerar uma exultação de espírito, que só experimenta o amante da natureza, e que em vão eu desejava fosse duradoura, porque me sentia em harmonia comigo mesmo, mas em "paz com tudo em torno" (GARDNER, 1975, p. 92).

Localizado no Sul do Ceará, o Cariri foi caracterizado, desde os finais do século XVIII, pela sua produção nos engenhos de açúcar e pela paisagem marcada pela presença da Serra do Araripe – que contribuiu para que essa região fosse considerada, por autores diversos nos séculos XIX e XX, como sendo uma espécie de oásis no meio do deserto. Nos oitocentos, tal ideia foi indicada no diário de George Gardner, viajante inglês que visitou a região em 1838, cuja narrativa de impressões da chegada ao Cariri inicia este texto. Também nas páginas de jornais publicados na região, como o semanário *O Araripe*, editado por João Brígido, entre 1855 e 1864. No século XX, essa compreensão romântica em torno do Cariri foi reverberada nos escritos de uma historiografia mais tradicional, sobretudo a produzida por autores como Irineu Pinheiro (2009, 2010) e José de Figueiredo Filho (2010a-g).

Longe de enveredar por tal discussão, é pre-

ciso destacar que a produção de que se tem notícia para o Cariri, em meados do século XIX, era "grande" se considerada em relação a outros espaços sertanejos do Ceará e estados vizinhos, como Pernambuco e Paraíba. Assim como a visão de que o clima do Cariri podia ser mais ameno que o experimentado no sertão central do Ceará, em alguns meses do ano, era decorrente da presença de canaviais verdes, engenhos de cana-de-açúcar, e fazendas para criação de gado, existentes muito em função das fontes de água potável que brotavam no sopé da Serra do Araripe. Elementos que contribuíram para a formação de uma narrativa que privilegiasse o Cariri, em relação às regiões circunvizinhas, a partir da exaltação de uma natureza exuberante e da expectativa econômica de que ela traria "riqueza" para a região. Mas que, em termos brutos, não a igualavam a outras produções de cana-de-açúcar verificadas no Brasil nesse período (REIS JR., 2014; CORTEZ, 2018).

O Cariri, no início do século XIX, englobava a região Sul cearense e era formado pelas vilas de Crato e Jardim – na década de 1870 esse espaço estava mais dividido, surgiram as vilas de Milagres, Missão Velha e Barbalha. O mapa da Imagem 1, de 1823, sugere a dimensão do território de Crato e Barbalha (grafado em azul), bem como implica perceber a amplitude de movimentos sociais que ocupava parte significativa do território provincial, sobretudo porque fazia fronteira com as principais províncias ligadas ao comércio externo. Além disso, ainda deve-se considerar a importância que a vila de Crato detinha, desde 1816, como segunda Cabeça de Comarca do Ceará.

Imagem 1 – Mapa da Divisão Político-Administrativa do Ceará em 1823



Fonte: Adaptado pelas autoras a partir da figura do mapa produzido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa Econômica do Ceará (IPECE).

Como é de se esperar de qualquer região com uma produção agrícola e de engenhos suficiente para abastecer minimamente os mercados de vilas e povoados vizinhos nos oitocentos, o Cariri era constituído por uma classe dominante, formada por proprietários de terras, políticos e intelectuais locais – que, via de regra, eram também senhores de sítios –, e outra classe, a despossuída, formada por escravizados (até 1884), livres e libertos – os camponeses, em geral. O cotidiano dessa sociedade era marcado por relações sociais que evidenciavam a diferenciação dos lugares sociais ali estabelecidos: a desigualdade era marcante. George Gardner chegou, inclusive, a registrar em seu diário de viagem que não conseguia entender como os pobres podiam sobreviver ali. Conforme o viajante,

toda a população da Vila chega a dois mil habitantes, na maioria todos índios ou mestiços que deles descendem. Os habitantes mais respeitáveis são brasileiros, em maioria negociantes; mas como ganharam a vida as raças mais pobres, é coisa que não entendo (GARDNER, 1975, p. 93).

Muito embora o local fosse entendido como um oásis, havia fortes distinções entre os senhores de terras e seus empregados e demais homens pobres a sua volta. Darlan de Oliveira Reis Jr. (2014, p. 108-109), em estudo sobre a pobreza no Cariri nesse período, destacou a historicidade das dificuldades enfrentadas pelos camponeses para sobreviver, mesmo em tempos de boas chuvas. Posto que esses homens ficavam aliados das terras molhadas, que eram dominadas pelos senhores de terras, que também desviavam o curso dos rios para seus sítios e suas plantações, as chamadas aguadas.

Segundo o referido autor, “algumas poucas famílias tinham o controle sobre as águas, com seus canais que drenavam parte dos recursos” (GARDNER, 1975, p. 93). Assim, o “Cariri como “oásis”, em meio ao sertão, era também uma decisão política, vontade dos senhores, que se desenrolava no jogo de forças existentes”, já que os solos férteis e regadios, concentrados nas mãos das principais famílias, lhes permitia negociar com os trabalhadores despossuídos, as condições de moradia e de trabalho” (GARDNER, 1975, p. 93).

Em seguida às diferenças econômicas, as distinções políticas eram implementadas. Os cargos políticos nas vilas caririenses, como a chefia do mercado público, ficavam no encargo dos homens mais ricos e que não tivessem entre seus ascendentes o sangue negro, mulato ou nativo. É nesse instante que a sociedade caririense se diferencia das outras porque, nela, a população pobre, camponesa, formada na união entre homens e mulheres negros e nativos vai ser progressivamente destacada e desqualificada pela classe senhorial. Eram os chamados *Cabras*, em geral homens pobres e de cor, cujos serviços eram aproveitados pelos senhores de sítios na lavoura, mas que tinham suas reivindicações negadas. Esse grupo, nem um pouco homogêneo, foi forjado e desqualificado em tempos de seca, de epidemias, e de revoltas, quando *os cabras* buscaram melhorar suas condições de vida, bem como manter seus costumes e tradições.

Neste artigo importa analisar os anos 1825 a 1840, quando a região do Cariri foi espaço de variadas tensões envolvendo jogo de poder político, conflito pela terra, secas, fomes e epidemias. No primeiro momento, analisando as condições experimentadas naquele período pela população mais pobre em relação à incidência de secas, a epidemia de varíola e as fomes. Para, em seguida, observar em que medida a resistência aos recrutamentos, compreendidos pela população como castigos pela participação na confederação do Equador e a adesão a Revolta de Pinto Madeira, foram parte do que se convencionou chamar de uma “crise passageira” (LATOURE, 2020).

Secas, epidemia de varíola e fomes: a década de 1820 no Ceará

Há indícios de que a década de 1820 tenha sido um período marcado por secas e fome no Ceará. De acordo com Durval Muniz (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1988), a seca desses anos matou 14,4% da população cearense, enquanto a que ocorreu décadas depois, e que foi chamada de Grande Seca de 1877, dizimou ainda menos, 13,5%. Correspondências oficiais trocadas entre os presidentes da província e o ministro do Governo Imperial

dão sinais de que o ano de 1825 tivesse sido o momento mais agudo da estiagem. Conforme ofício de 7 de setembro desse ano, a "provincia está combalida por uma secca sem exemplo na memoria dos antigos", que tinha provocado o esvaziamento do interior do território, posto que "grande parte do interior [...] já [havia] emigrado para a beira-mar á refrigerar-se, e nessas emigrações succede muitas vezes morrerem paes, mães, filhos, como frequentemente são encontrados nas estradas". Novamente, no dia 19 do mesmo mês e ano, foi enviado novo ofício ao Ministro do Império informando acerca do "miseravel estado em que se acha a Cidade [Fortaleza] para que foi despachado o Sup.e, devorada pela fome toda a Provincia definhada pela rigorosa seca".⁴

Em ofício de Antonio de Salles Nunes Belfort, de 8 de fevereiro de 1826, foi indicado que a seca experimentada em 1824 e 1825 comprometeria a atividade agrícola nos anos seguintes, pois, sem terrenos semeados, as chuvas que começavam a cair naquele território seriam inúteis, no que constatou: "muito tempo passará antes que sua receita possa fazer face ás despesas publicas". No mesmo ofício, Antônio Salles, que havia chegado em Fortaleza e recebido o governo das mãos de João Felix, descreveu o estado de miséria que encontrou. Segundo ele:

A cidade capital do Ceará apresenta um quadro tocante e desconsolador; as ruas estavam apinhadas de um sem n.º de mendigos, o palácio do governo e casas dos particulares abastados constantemente cercadas desses miseráveis apresentando o espectáculo de esqueletos mirrados de fome, só cobertos de pelle, representando outras tantas imagens de morte. A miséria, a pobreza e a consternação aparecem em todos os pontos da provincia e o numero dos que tem succumbido é incalculavel.

Sem dúvida, ao Presidente da Provincia interessava fazer uma narrativa que incentivasse o auxílio do governo do Império para o Ceará, o que impõe certa suspeição ao relato. Conforme estudo do Senador Pompeu publicado em *Revista do Instituto do Ceará* de 1895, o Governo Imperial não enviou ajuda, fazendo crer que a narrativa

pareceu mesmo exagerada aos "donos do poder", ou, que a participação do Ceará na Confederação do Equador ainda não havia sido "perdoada" pelo Governo Imperial. Conforme Luciara Silveira de Aragão e Frota (1984, p. 125),

a política do governo central dá a impressão bem nítida da existência de um projeto de vingança contra o Ceará pela insubmissão a Coroa, quando da aceitação desta oferta (o recrutamento) despovoou a Provincia numa espécie de prévia melancólica das 'retiradas'.

Não por acaso, nas discussões do Parlamento de 1826 era afirmado que no Ceará só havia sobrado virgens e viúvas.

No Cariri Cearense, também foram sentidos, de forma drástica, os efeitos dessa seca. Ao visitar essa localidade, o botânico George Gardner (1912, p. 143), anotou relatos da população que afirmava ter sido rigorosa a estiagem. Em seus escritos, registrou que naquele período "não choveu absolutamente. Grande foi o sofrimento resultante dessa calamidade, de que o povo ainda fala com supremo horror. Gados e cavalos extinguiram-se e a perda de vidas humanas na provincia avalia-se em trinta mil dos habitantes".

Ao passar pela fazenda do Padre Marcos de Araújo Costa, mais próxima à divisão com o Piauí, o viajante Gardner descreveu a abundância de água e víveres que o sacerdote possuía, colocando-a como contraposição e alternativa para falta de água em tempos de seca como a de 1825.

A fazenda de Boa Esperança é um das maiores que eu tinha visitado no Brasil, dando pasto a mais de 5.000 cabeças de gado e algumas centenas de ovelhas. Embora, como todas as outras no Sertão, é ocasionalmente exposta a secas longas, ainda há uma oferta abundante de água durante todo o ano, mesmo quando não chove por mais de doze meses a fio. O rio passa a uma pouca distância da casa e, conquanto tenha água apenas na estação chuvosa, uma oferta abundante de liquido é obtida em todos os momentos por meio de uma sólida barragem construída em lugares que suas margens são um tanto elevadas e rochosas. Esta barragem, não obstante o facto de ter sido construída há mais de 50 anos, ainda é tão eficaz como quando foi feita.

⁴ Arquivo público do Estado do Ceará - APEC. Série: Correspondências expedidas. Avisos Do Ministério Do Império Ao Presidente Da Provincia Do Ceará, Livro 310, Ano 1825.

Diferente dos proprietários de terras, como os donos da Boa Esperança, a população caririense pobre sentiu, de fato, os efeitos da seca de 1825. Os senhores, resguardados por obras de retenção de água, não sofreram os maiores rigores da seca. Para as populações despossuídas, em contrapartida, a seca se mostrou devastadora. No interior, a situação era ainda mais crítica, uma vez que estando longe da capital, Fortaleza, a esperança quanto aos cuidados do governo se tornou, a cada dia, mais incerta.

Em verdade, houve um envio de socorros ao Ceará pelo Governo Imperial, mas apenas em 1827. Segundo o Senador Pompeu, em 17 de julho daquele ano, o Ceará foi notificado que o Império havia dado ordem à Bahia e Pernambuco "para que se remetesse ao Ceará 4:000 alqueires de farinha de mandioca, milho, feijão e arroz para serem gratuitamente distribuídos aos indigentes, e vender-se ao povo por preço razoável". Mantimentos que chegaram ao Ceará, conforme o ofício do Presidente da Província, em dezembro daquele ano.⁵

Essa demora de seis meses, registrada no trânsito da correspondência oficial do Ceará, implica considerar aqueles anos como anos de insegurança alimentar para a parcela mais pobre da população: os camponeses ou cabras. O Senador Pompeu ainda registrou que

em 1827 o inverno foi escasso, as chuvas bastantes para a criação, que aliás era limitada depois dos estragos de 1825, não foram infelizmente para os legumes em geral, que além disso careciam de sementes e braços validos para sua cultura.

Mas que pôde assegurar "algumas plantações de mandioca", explicação para não haver tantas mortes naquele ano. Além do atraso, o auxílio governamental teria sido "desviado" no meio do percurso, o que teria agravado a situação dos camponeses. O Senador Pompeu ainda informou que as populações assoladas não tiveram acesso à ajuda cedida pelo governo Imperial. Segundo Pompeu: "O coronel José Antonio Machado foi incumbido de receber e distribuir esses efeitos" (BRASIL, 1895, p.

7). Todavia, ao receber as doações não as repassou, alegando serem os necessitados seus devedores, em virtude de já ter-lhes ajudado naquela seca. Aquele, portanto, seria *seu* pagamento.

Entretanto, importa destacar que, à medida que a cultura de produção agrícola é a principal mantenedora do Cariri no século XIX, a insegurança alimentar dos camponeses ficou mais evidente. A variação da colheita colocava em situação de calamidade aqueles que não dispunham de outras fontes de renda e cuja sobrevivência dependia inteiramente daquilo que brotava do chão. Nesse caso, a mandioca pode ter salvado a vida de muitos, mas, não significa que pudesse ser visto como o indicador de uma seca menor (menor sofrimento da população) para o ano de 1827, como fez o citado Senador. Mesmo porque, à seca daqueles anos era associada a epidemia de varíola, produzindo cenas de sofrimento e dor, que longe de ter um caráter de extraordinário, se apresentou como uma das crises sociais um tanto quanto recorrentes no Império do Brasil.

Na historiografia brasileira há inúmeros estudos sobre a disseminação de varíola no Brasil do século XIX. Cristina Gurgel, Camila Rosa e Taise Camercini (2011), em seu estudo sobre *A Varíola nos tempos de D. Pedro II*, apontam que "a luta contra a varíola mostrou-se inglória no Brasil Império" (2011, p. 55), e que a epidemia teria sido grande responsável pelos altos índices de "morbimortalidade" brasileira. Anny Silveira e Rita Marques (2011), em estudo sobre a evolução da doença na província de Minas Gerais, durante o século XIX, afirmaram que, de todas as epidemias que costumavam assolar a região, a da varíola era a que provocava maiores danos, não apenas pela gravidade, mas também pelo terror ela que infundia na população. Citando o presidente da referida província, no Relatório enviado à Assembleia Provincial em 1865, as autoras ainda destacaram a frequência dos surtos: "infelizmente temos todos os anos povoações invadidas por este mal, que nos vem da Corte, ou de outros lugares da Província de São Pau-

⁵ Em dezembro de 1827: de Pernambuco, havia chegado 256 saccos de farinha, 30 de feijão e 12 de arroz; da Bahia, em 24 de dezembro, 2:000 saccas de farinha e o valor de 3:812\$000. Em março de 1828: de Pernambuco, havia chegado 400 saccos de farinha; além da expectativa da chegada de "1500 para o complemento das 2:000 [da Bahial] ordenadas pelo governo e de Pernambuco cerca de 400" (Ofício de 01 de março de 1828 do Presidente do Ceará).

lo, onde ela reina quase endemicamente”.⁶ Do mesmo modo, Eliézer Oliveira (2003) apontou a evolução da varíola na província de Goiás aliado à modernização dos meios de transporte e do crescimento demográfico experimentado na região no século XIX. E Magali Romero Sá que analisou as epidemias de varíola ocorridas em Belém do Pará nos séculos XVIII e XIX, que classificou como uma das mais virulentas, bem como destacou as primeiras tentativas de imunização da população por parte do governo brasileiro.

Cristina Gurgel, Camila Rosa e Taise Camercini chamam ainda atenção para o fato de que, em algumas regiões, como o Ceará, a doença estaria associada a secas, que agravavam a situação da população atingida. De fato, no século XIX, de acordo com os estudos do médico Guilherme Studart, o Ceará teve surtos da epidemia nos anos de 1804, 1814, 1825, 1845, 1857, 1858, 1859, 1878 e 1890. O que tipifica que os ciclos epidêmicos acompanhavam os períodos de secas, dado que esses também foram anos em que estiagens, as vezes longas, foram registradas na Província. No periódico *O Estado do Ceará*, em maio de 1891, o médico João da Rocha Moreira, residente em Fortaleza, relacionou as duas calamidades na história do Ceará, mas fazendo a varíola parecer mais destruidora: “A principio a secca era o terror de todo o cearense; falassem em tudo, menos na falta de chuva [...]. Depois, como é forçoso que os cearenses sofram, declarou-se a varíola e despachou, sem dizer agua vai, uns tantos mortaes desta para melhor”.⁷

No Cariri Cearense, a varíola se mostrou mais forte e assolou a população durante três anos. Os relatos sobre essa epidemia surgem esparsos em documentos produzidos muitos anos depois, inclusive quando outras pestes grassavam pelo

território. De acordo com os escritos do médico Antonio Manoel de Medeiros, quando chamado pelo Presidente da Província, José Bento da Cunha Figueiredo Junior, para tratar dos doentes infectados na epidemia do “cholera-morbus” na região, em 1862, “os estragos”,

produzidos pela varíola em 1826, 27 e 28, forão excessivamente maiores, segundo o testemunho do octogenário José Victoriano Maciel, então comandante-geral, que de ordem do governo, organizou a estatística mortuária: treze mil indivíduos sucumbirão a este contágio nas duas comarcas de Crato e Jardim.⁸

José Victoriano Maciel foi o responsável pela condenação de Pinto Madeira à morte, em 1834. O comandante, conforme consenso historiográfico, executava no Cariri as ordens de José Martiniano de Alencar na morte do fundador da “Coluna do Trono”,⁹ o que implica reconhecê-lo como testemunha possível dos anos de seca e de epidemia de varíola na região do Cariri em fins de 1820. Muito embora possa ter havido um exagero na sua contagem do número de mortos – posto que as apurações fossem regidas, na maioria das vezes, por estimativas, artifício comum no século XIX, ou porque José Victoriano Maciel desejasse valorizar seu testemunho –, é fato que pereceu um número considerável de indivíduos durante a manifestação da varíola ali. Tanto que, em 1862, a epidemia ocorrida 36 anos antes ainda era lembrada.

A lembrança estava relacionada às marcas deixadas na memória e nos corpos da população: a varíola ficou conhecida pelo nome de bexiga em razão das marcas deixadas na pele dos sobreviventes. O efeito do chamado *miasma*, como era identificado o vetor de contágio da doença,¹⁰ se tornou ainda mais mortal em função da fragilidade das populações pobres em meio

⁶ Relatório que a Assembleia Provincial de Minas Gerais apresentou no ato da abertura da seção ordinária de 1865 o Desembargador Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, presidente da mesma província. Ouro Preto: Tipografia de Minas Gerais; 1865.

⁷ Moreira, João R. A epidemia da varíola. *O Estado do Ceará*, Fortaleza. Anno I, n. 186, 30 mar.1891. Editorial, p. 2.

⁸ Relatório apresentado ao Ilmo. Exmo. Sr. Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior, Presidente da província do Ceará, pelo Dr. Antonio Manoel de Medeiros, 1º Cirurgião do Corpo de Saúde do Exército, em comissão nas Comarcas de Crato e Jardim, durante a epidemia do cholera-morbus em 1862. Ceará: Impresso na Typografia Brasileira, 1863, p. 16.

⁹ A “Coluna do Trono e do Altar” de Portugal, como foi denominada, foi uma sociedade secreta, fundada em 1828, com sede na cidade de Recife, em Pernambuco. Adepta do absolutismo, a sociedade estava vinculada ao Partido Restaurador e tinha por objetivo disseminar a causa ‘regressista’ no norte do país. No Cariri Cearense, também no ano de 1828, foi instalada uma seção da Coluna do Trono, tendo o vigário de Jardim, Manuel de Sousa, como responsável.

¹⁰ No século XIX, a percepção era de que epidemias eram causadas por um conjunto de condições climáticas e circunstâncias locais. Conforme o médico João da Rocha Moreira, inspetor de saúde do Ceará entre 1876 e 1877, que relacionou “a estação caracterizada por um clima quente e seco com a formação de miasmas, os quais também seriam, segundo essa concepção, causadores de alterações prejudiciais à salubridade urbana, como o surgimento de epidemias na cidade” (BARROS, 2010).

à falta de água e mantimentos, o que implicava em precárias condições de higiene e baixa na imunidade. No *Diário de Pernambuco* (ed. 466), em 1830, a referência à doença ainda se fazia sob preocupação, sobretudo para os espaços de "roça", ou seja, as localidades de interior. A chegada de "lâminas de puz vaccinico", enviadas da Inglaterra, foi comemorada a fim de que se pudesse "distribuir por essa província a bem dos Povos della, pondo-os a salvo dos terríveis estragos que pelo Norte há feito a bexiga".

Doença infectocontagiosa causada pelo arbovírus *Poxvirus variola*, trazida ao Brasil nos navios mercantes e dos colonizadores (PEREIRA, 2007, p. 108). O poder infeccioso da varíola era alarmante, uma vez que o vírus era transmitido de pessoa para pessoa, geralmente por meio das vias respiratórias, mas também, e o que a tornava ainda mais perigosa, pelos objetos utilizados pela pessoa infectada. Assim, não se tratava apenas de isolar em lazaretos os doentes, mas era necessário um tratamento higienizador dos espaços aos quais o doente teve acesso. Informação que, naqueles anos de 1825 e 1826, não estava disponível. De outra parte, não se tinha conhecimento também sobre o contágio em períodos em que as pessoas estavam assintomáticas. Após 14 dias de incubação, surgiam sintomas como febre, mal-estar, fadiga, dores pelo corpo, manchas avermelhadas, vômitos e náuseas. Essas manchas, em poucos dias, se transformavam em bolhas purulentas que, após um período, secavam e formavam crostas, cicatrizes, que ficavam marcadas na pele dos que conseguiam sobreviver (FARRELL, 2002). Além de marcar o corpo dos doentes, com as cicatrizes, a memória da população foi marcada pelos cuidados, ou a falta deles, vindos dos governantes em tempos de epidemia. Aliada à seca e a fome, a varíola foi destruidora para os sertões das Províncias do Norte – atualmente o interior nordestino. A diferença se mostrou apenas na desigualdade em que as várias camadas sociais

passaram por esse processo.

Ao que indica a historiografia sobre epidemias no Brasil, desde o período imperial, a alternativa para desacelerar a evolução de contágio da doença foi a organização de cercos, cordões sanitários e quarentenas. Uma das maneiras de evitar a transmissão foi a determinação de que embarcações com doentes a bordo fossem impedidas de desembarcar antes do período estipulado para a segurança da população em terra. Sendo essa medida implementada, sobretudo, para navios negreiros, muito embora, fossem frequentemente burladas em função da pressa na comercialização dos escravizados. No Pará, a quarentena dos navios foi frequentemente descumprida, conforme Magali Romero Sá, "as várias iniciativas tomadas desde fins do século XVII e início do XVIII para regularizar a introdução de escravos africanos não deram o resultado desejado", a demanda pela mão de obra escravizada continuou a ter preponderância na vida da província (SÁ, 2008, p. 820). Contudo, as tentativas de contenção da doença foram burladas, o que contribuiu para o surgimento de surtos em várias partes do País (GURGEL *et al.*, 2011).

Por último, cabe asseverar que a varíola teria sido trazida do continente africano, onde era endêmica, para o Brasil. Ela, inclusive, teria sido um facilitador da captura de escravizados, aliado às recorrentes secas africanas, uma vez que os surtos desorganizavam toda estrutura social. Nessas condições, os escravizados, transportados em condições sub-humanas nos navios negreiros, eram constituídos vítimas e potenciais vetores da doença. Tal situação sugere perceber os surtos de bexiga no Brasil a partir da perspectiva do transporte de microrganismos e outros agentes patogênicos no tráfego de navios entre os continentes. Não por acaso, a África, assim como a América, passou a experimentar surtos de doenças semelhantes em períodos correspondentes.¹¹

¹¹ Valentim, em estudo sobre as relações entre Portugal e o tráfico de escravizados, apontou que a correspondência entre surtos e tráfico tinha espaço pela estimativa de que entre os anos de 1827 a 1829 o número de escravos traficados seria de 135.000, mas entre 1831 a 1832, apenas algumas centenas teriam desembarcado no território nacional. Quando relacionado aos surtos de varíola, observa-se que estiveram ausentes na Corte Imperial, entre 1830 e 1834, e uma situação de contágio ainda maior este período. (VALENTIM, 1991).

RECRUTAMENTO E REVOLTA EM TEMPOS DE EPIDEMIA

Concomitante a seca e a peste de varíola, os cearenses enfrentaram outros problemas, sobretudo os sertanejos: o maior deles foi recrutamento do povo para lutar na Guerra da Cisplatina¹², com maior intensidade no ano de 1828. Ao que indicam as fontes coligidas pelo Senador Pompeu, no seu *Juízo histórico* já citado, o recrutamento foi aterrador para a população pobre, de onde saiu a maior parte dos jovens e adultos alistados, porque ele teria completado uma tríade de sofrimentos. O recrutamento levava embora os poucos camponeses sobreviventes da fome e da epidemia de varíola. Não por acaso, Pompeu destacou: “admira não se ter ella inteiramente rarefeito succumbindo ao flagício dos homens e da natureza” (BRASIL, 1895, p. 9). No ofício enviado pelo Presidente da Província ao governo Imperial, no ano de 1826, é possível perceber a mesma associação do recrutamento aos fenômenos considerados naturais, para expressar os sofrimentos dos cearenses:

a José Félix de Azevedo e Sá, que, novamente, havia recebido a direção do governo cearense em virtude transferência de Costa Barros para a presidência do Maranhão (13 de janeiro de 1825), sucedeu o Coronel Antonio de Sales Nunes Beford, empossado a 4 de fevereiro de 1826. Encontrou esse presidente o Ceará em tristíssima situação, não só em consequência da guerra civil, gerada pelos fatos da sedição do Equador, como pelas resultantes da seca do ano antecedente, com o seu indefectível cortejo de fome e da peste de bexiga (varíola), tudo penosamente agravado pelo recrutamento de sertanejos para as lutas da Cisplatina, pegados a ferro e a fogo e embarcados, como bichos, sem assistência de qualquer ordem.¹³

De acordo com a documentação oficial da época, a calamidade tomou proporções incalculáveis apenas quando foram solicitados da Província 3.000 recrutas para lutar em defesa do território da Cisplatina, no Sul do país – região completamente desconhecida para a maioria dos

recrutados e com pouca esperança de retorno. O ofício de 22 de março de 1826 explicava ao ministro da guerra que naquele momento, não poderia completar os 800 recrutas que faltavam, tendo já enviado 2.200, por não ter sido

possível fazer no interior da província um recrutamento regular e activo, por causa dos horrores da secca, que extinguiu todos os recursos, chegando à ponto de, no caminho, morrerem até de fome e de peste, consequência desta; alguns recrutas, que eram mandados para esta cidade [Fortaleza], acontece que os 2.200 que têm sahido da provincia são todos da capital e seus subúrbios, com exceção de poucos que escaparam vindos do interior (BRASIL, 1895, p. 10-11).

Ainda foram enviados outros recrutas do Ceará para a guerra da Cisplatina, mas o número total deles não alcançou o montante requisitado pelo Governo Imperial. De acordo com o senador Pompeu, foram levados do Ceará 2.630 homens, dos quais 412 morreram de varíola e de fome nos navios já no trajeto de ida, 314 foram internados em hospitais, e os poucos que restaram, seguiram para a guerra. De seu lado, João Brígido (2001), em *Ceará (Homens e Fatos)* discordou do número apresentado pelo senador. Para ele, o total de enviados foi de 2.150. Desses, 400 pereceram na viagem, morreram 12 ao aportarem no Rio de Janeiro, extraviaram-se 58, foram levados 314 para hospitais e apenas 1.366 seguiram para a guerra. Números que, ainda que não confirmam, implicam reconhecer o recrutamento para a guerra da Cisplatina dos poucos caririenses, sobreviventes e fragilizados pela fome e peste (e que não gozavam do favor político de algum chefe local). Números que foram silenciados – assim como os desastres causados pela seca, pela peste, pela fome e pela guerra para as populações pobres do Sul Cearense, entre os anos finais da década de 1820 e início de 1830 – entre intelectuais caririenses, como José de Figueiredo Filho (2010, p. 14) e Irineu Pinheiro (2010). A referência dada pelo primeiro autor foi apenas que “tudo o que a

¹² Conflito deflagrado pelo Império do Brasil contra as chamadas Províncias Unidas do Rio da Prata, que se tornariam a Argentina, pelo controle da Cisplatina, região atualmente pertencente ao Uruguai. Primeiro conflito internacional do Brasil independente, e sob o governo de D. Pedro I – o que aponta que também era uma questão de mostrar soberania e poder político, o confronto estendeu-se de 1825 a 1828. Conforme a historiografia, o resultado foi calamitoso para o Brasil, que, além de perder o controle da região, teve de lidar com uma intensa crise econômica (PEREIRA, 2012).

¹³ Relatório de Presidente de Província do Ceará, ano 1826. Ofício transcrito por José de Figueiredo Filho (2010, p. 6).

guerra fria preparou, durante o interregno entre 1824 e 1831, desencadeou-se terrível, no Cariri, após a abdicação de D. Pedro I, a 7 de Abril".

Somados, fome, epidemia de varíola e recrutamento para a Guerra da Cisplatina, o resultado foi o despovoamento da Província e, principalmente, o receio por parte das populações acerca dos rumos que seriam tomados pelo governo. Afetava diretamente seus "costumes em comum" (THOMPSON, 1998). Embora seca e peste, naquele momento, pudessem ser confundidos pelos camponeses e representantes do governo como fenômenos naturais, a fome e o recrutamento deixaram para as massas populares a desconfiança em relação às autoridades e sua capacidade de gerir um governo que pensasse no bem estar da população. O teatro da elite senhorial e do governo provincial marcado pelo disfarce, por meio de práticas paternalistas, de uma hegemonia cultural, econômica e até mesmo física, não funcionava em meio às crises. A população pobre do Cariri Cearense, moradores em maioria, se percebia sob a influência do senhor, com o qual não era interessante ter um desgaste, como também sujeita às intempéries sociais e financeiras pelas quais a região em que vivia passava. Em tempos de lutas e guerras, eram recrutados. Em tempos de fome, seca e peste sentiam as agruras da situação mais fortemente que seus senhores. Nesse contexto, a revolta da população camponesa devia ser esperada, uma vez que a tinham consciência da desconsideração dos usos costumeiros das populações pobres e que deviam ser entendidas como deveres e obrigações dos senhores e do governo (THOMPSON, 1998, p. 25-85).

Ironicamente, a revolta dos camponeses caririenses, os cabras, contra os governos Provincial e Imperial em face do descaso, ou do alcance governamental sobre suas vidas, se deu na adesão deles, em fins de 1831, ao movimento conservador deflagrado por Joaquim Pinto Madeira e pelo Vigário Antonio Manoel de Sousa, ambos de Jardim, em razão da abdicação de D. Pedro I, pedindo a restauração do Trono português no Brasil. Essa revolta, de caráter caramuru, envolveu os habitantes das vilas de Crato e Jardim:

os chamados liberais, cratenses liderados por José Martiniano, filho de Bárbara de Alencar; os denominados conservadores, capitaneados por Joaquim Pinto Madeira, fundador da sociedade monarquista Coluna do Trono em Jardim, no ano de 1828; e camponeses, os chamados *cabras* do Cariri Cearense. O início do conflito, conforme a historiografia local, teria sido na tomada da vila de Crato, sede de Comarca pelos *cabras*, munidos de "cacetes e facas", chefiados por Pinto Madeira e pelo Vigário de Jardim, infundindo terror à população cratense. Nessa sedição, que durou até meados do ano de 1832, os camponeses foram chamados de cabras pela primeira vez (FIGUEIREDO FILHO, 2010, p. 5-13).

De outro lado, a Revolta de Pinto Madeira estava relacionada a escalas de amplitude nacionais. Ela estaria diretamente relacionada a Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador de 1824, como sendo um terceiro ato, sobretudo porque, ela envolveu os mesmos grupos e personagens políticos de 1817 e 1824. A diferença é que, na Revolta de Pinto Madeira de 1831, as posições foram invertidas. Nas duas primeiras insurreições a família Alencar se contrapôs ao governo instituído no Brasil, debaixo do domínio da Metrópole, e, na terceira, eles defendiam o governo instituído no País contra uma restauração portuguesa. Da mesma forma, Pinto Madeira lutou defendendo o poder instituído em 1817 e 1824 e, em 1831, defendeu o retorno português ao trono brasileiro. Dessa forma, é oportuno destacar: o grupo chefiado pela família Alencar sempre lutou contra o governo português, enquanto Pinto Madeira sempre pelejou pelos interesses portugueses.

Contudo, e para além dessa disputa, importa aqui ver a participação camponesa: progressivamente reconhecida como cabra. Pois, foi nesse contexto de interesses conflitantes que surgiu, oficial e institucionalmente, o *cabra*, ou os *cabras* – uma parcela da população que se fez impossível de ser ignorada, ao participar dos eventos de 1817 e 1824, resultando da construção de uma identificação negativa sobre eles. Esses homens passaram a ser reputados por

violentos [furiosos], ignorantes e rústicos, pois eram vistos como pessoas sem instrução que seguiam as ordens de quem lhes impusesse, se o caso fosse a luta contra o sistema de governo brasileiro. Da mesma maneira, o novo Presidente do Ceará, Antônio de Sales Nunes Belfort, já em 1827, referiu-se a Pinto Madeira e seus homens como "anarchistas", lembrando seus "desejos de vinganças e sede de roubar" (BRASIL, 1895, p. 23). A alusão a essas populações tendendo à criminalização as acompanhou em toda movimentação em que estivessem presentes.

Desse modo, a referência às populações camponesas como perigosas e rudes perdurou ao longo dos anos tornando-se "senso" comum, para os habitantes que se consideravam pertencentes à elite senhorial daquela região. A sociedade foi desenhada a partir de cima, divisando principalmente os cidadãos honrados e "probos", os homens do governo, das massas populares. Sempre buscando os extremos e com constante receio das investidas das classes pobres. Em 3 de março de 1829, a câmara do Crato ressaltava que

não ignora V. Excia por principio algum o máo conceito que tem aqui os povos rústicos (ilegível), todos os cidadãos que se envolverão na passada revolução, do que acontecerão fatais consequências, e tendo esta corporação em lembrança tão pungentes acontecimentos ainda tão recentes em nossos corações, e receiando igualmente comoções de povos totalmente ignorantes: temos deliberado ao fim e ao exposto o que V. Excia determinará.¹⁴

Mais adiante, a Câmara advertiu outra vez ao presidente do Ceará sobre o receio que estourasse um "volcão de povos rústicos" contra a forma de governo reconhecida na Causa do Brasil e na Constituição.¹⁵

A esses homens eram atribuídos os epítetos de rudes e totalmente ignorantes por, constitucionalmente, não terem espaço na vida política.

Na maioria dos casos, não podiam votar nem ser eleitos a nenhum cargo público, pois a eles faltavam as condições "básicas" para o exercício da cidadania; sobretudo a renda pelo menos 100 mil-réis provenientes de bens de raiz (imóveis), indústria, comércio ou emprego para serem aceitos como eleitores.¹⁶

A luta em torno da definição de uma identidade nacional, bem como da manutenção dos interesses de autoridades e classes senhoriais de seu poder e posses foi o motor para o questionamento das diferenças e das desigualdades sociais no Cariri. Foi aberto, nesse sentido, um campo fértil para a tentativa de definição das populações que aderiam à causa do ex-militar Pinto Madeira como perigosas, violentas, rústicas e ignorantes. De outra parte, isso gerou uma compreensão negativa sobre aqueles que se revoltaram contra o recrutamento e aderiram a ideias como as de Pinto Madeira, a ponto de tais camponeses passarem a ser chamados de forma diferenciada. Em resumo: *cabras*.

De acordo com a correspondência enviada ao Ministério do Império em 1832, sob o comando de Pinto Madeira e do vigário da Vila de Jardim, Antonio Manoel de Souza, se insurgiu

hum numeroso sequito de Cabras facinorosos, e acommettendo a Villa do Crato, onde apenas encontrarão hũa pequena resistencia do Destacamento de 1º linha, que ali se achava dellas apoderarão, e tem perpetrado crueis assassínios, e roubos.¹⁷

Além do medo pela revolta e dos seus desdobramentos em termos políticos, ainda se fazia presente o receio quanto às consequências para a economia da Província. Ao cabo do citado ofício, o presidente Joze Mariano de Albuquerque Cavalcante ainda ponderou que, no que respeitava "aos movimentos sediciosos, e anarchicos dos

¹⁴ CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO. Ofício da Câmara Municipal do Crato ao Presidente da Província do Ceará, Manuel Joaquim Pereira da Silva, em 3 de março de 1829, caixa 34, APEC, folhas 3 e 4.

¹⁵ CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO. Ofício da Câmara Municipal do Crato ao Presidente da Província do Ceará, Manuel Joaquim Pereira da Silva, em 3 de março de 1829, caixa 34, APEC, folhas 8 e 9.

¹⁶ De acordo com Bóris Fausto, "o voto era indireto e censitário. Indireto porque os votantes, correspondentes hoje a massa dos eleitores, votavam em um corpo eleitoral, nas eleições chamadas primárias; esse corpo eleitoral é que elegia os deputados. Censitário, porque só podia ser votante, fazer parte do colégio eleitoral, ser deputado ou senador, quem atendesse a alguns requisitos, inclusive de natureza econômica" (FAUSTO, 2007, p. 151).

¹⁷ APEC. Série: Correspondências expedidas. AVISOS DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO CEARÁ AO MINISTÉRIO DO IMPÉRIO. Nº 7. Da conta dos horrorosos acontecimentos praticados por Pinto Madeira na Comarca do Crato, 24 de janeiro de 1832. LIVRO 99, 1831-1833.

rebeldes do Jardim, e fazer hua ideia do incalculavel prejuizo que sofre o Cofre da Fazenda Publica tanto pela extraordinaria despeza com a expedição de tropas, como pelo grande abate que vai ter nos Disimos daquela Comarca".¹⁸

É preciso observar, no entanto, que a participação dos *cabras* nessas lutas tinha interesses diversos da elite senhorial e das autoridades do Cariri, e mesmo da Província cearense. Suas reivindicações tinham raiz em um passado em que progressivamente essa população foi vilipendiada das condições básicas de vida e sobrevivência e do acesso à terra, enquanto, em contrapartida, a nação brasileira se tornava independente e essa parcela da sociedade era excluída do direito à cidadania (PALACIOS, 2009).

Nesse processo, a participação popular foi continuamente lida a partir da óptica dos senhores e autoridades governamentais que, em termos sociais, de um lado, incutiam a diferença, pela distinção que enfatizavam em relação à violência e rusticidade das classes despossuídas, e, de outro, ressaltavam o medo de que essas classes se insurgissem contra os proprietários de terras. Em termos políticos, permanecia o embate intelectual em torno da acusação recíproca dos partidos políticos de que cada um contribuía para a convulsão das populações "ignorantes". A reação dos camponeses, na busca por sobrevivência e condições dignas de vida em um território afligido pela seca, pela peste de varíola e pelo recrutamento, foram progressivamente sendo apontada como fanatismo ou radicalismo *dos cabras*.

Entretanto, mesmo impedidos de participar efetivamente na vida política da região, as populações pobres, bem como os escravos – todos que eram rotulados de *cabras* –, faziam a leitura da realidade que experimentaram, bem como do seu lugar na sociedade, como foi enfatizado em ofício da Câmara do Crato aqui já citado. Sua participação nos movimentos políticos não se restringiu aos "mandos" do senhor em fazê-los acompanhar em suas lutas, mas se engajavam também a fim de reivindicar melhores condi-

ções de vida ou mesmo para reclamar respeito aos seus costumes e tradições, violados pelas mudanças políticas e administrativas experimentadas naquele momento. Reação também observada na revolta de quebra-quilos, que se desenrolou na cidade de Crato, entre outras localidades, em 1874-1876 (SECRETO, 2011). Fatos que demonstram que *os cabras* tinham o entendimento de que o seu mundo não se resguardava apenas à propriedade de seu senhor.

Assim, a insurgência desses homens e a sua participação na Revolta de Pinto Madeira não tinha caráter imediatista, ou de pura obediência ao senhor de sítio onde eram moradores: mas fazia parte de um processo de resistência à alteração de seus costumes e tradições, bem como era direcionado pela memória acerca das dificuldades econômicas e tensões sociais enfrentadas ao longo da década anterior, no mínimo. Portanto, a fuga do recrutamento e a adesão às lutas políticas, como a Revolta citada, devem ser encaradas como movimento de reação racional de uma população fragilizada, em um ambiente frequentemente hostil pela ocorrência de secas prolongadas (DAVIS, 2001) e a dominação da maior parte das terras molhadas por latifundiários. O cabra violento, fanático, facinoroso, rebelde, anárquico na narrativa dos senhores de sítio era, na verdade, o camponês despossuído sobrevivendo em um ambiente desestruturado em meio à seca, epidemia de varíola e recrutamento obrigatório. O Cariri, que parecia um oásis no escrito de suas elites, não parecia tão verde sendo visto de baixo.

Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval M. *Falas de Astúcia e de Angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema à solução (1877-1922)*. Dissertação (Mestrado em História) – UNICAMP, Campinas, 1988.

ARAGÃO E FROTA, Luciana Silveira de. *Documentação Oral e a temática da seca* (Estudos). Brasília: Senado Federal, 1984.

BARROS, Karla T. A. "Falle a sciencia": diferentes concepções sobre a varíola na capital do Ceará em fins do século XIX. *Revista Mosaico*, v. 2, n. 4, p. 70-95, 2010. <https://doi.org/10.12660/rm.v2n4.2010.62793>

¹⁸ Idem.

BRASIL, Thomaz Antonio Pompeu. Juízo Histórico do Senador Pompeu sobre fatos do Ceará I. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1895.

BRÍGIDO, João. *Ceará (Homens e Fatos)*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

DAVIS, Mike. *Holocaustos coloniais: Clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GARDNER, George. *Revista do Instituto do Ceará*. TOMO XXVI, 1912.

GURGEL, Cristina Brandt Friedrich Martin; ROSA, Camila Andrade Pereira da e CAMERCINI, Taise Fernandes. A varíola nos tempos de Dom Pedro II. *Cad. hist. ciênc.* [online], 2011, v. 7, n. 1, p. 55-69. ISSN 1809-7634.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12 ed., 2ª reimp. São Paulo: EDUSP, 2007.

FIGUEIREDO FILHO, José de. *História do Cariri*. v.I (capítulos 1-5). Fortaleza: Edições UFC; Coedição Secult/Edições URCA, 2010a.

FIGUEIREDO FILHO, José de. *História do Cariri*. v.II (capítulos 6-9). Fortaleza: Edições UFC; Coedição Secult/Edições URCA, 2010b.

FIGUEIREDO FILHO, José de. *História do Cariri*. v.III (capítulos 10-14). Fortaleza: Edições UFC; Coedição Secult/Edições URCA, 2010c.

FIGUEIREDO FILHO, José de. *História do Cariri*. v.IV (capítulos 15-17). Fortaleza: Edições UFC; Coedição Secult/Edições URCA, 2010d.

FIGUEIREDO FILHO, José de; PINHEIRO, Irineu. *Cidade do Crato*. Fac-simile da edição de 1955, publicada pelo Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro. Fortaleza: Coedição Secult/Edições URCA/Edições UFC, 2010e.

FIGUEIREDO FILHO, José de. *Engenhos de Rapadura do Cariri*: Documentário da Vida Rural. Fortaleza: Edições UFC; Coedição Secult/Edições URCA, 2010f.

FIGUEIREDO FILHO, José de. *Folgedos Infantis Caririenses*. Fortaleza: Edições UFC; Coedição Secult/Edições URCA, 2010g.

PINHEIRO, Irineu. *O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes*. Ed. fac.sim. Fortaleza: FWA, 2009.

PINHEIRO, Irineu. *Efemérides do Cariri*. Fortaleza: Edições UFC; Coedição Secult/Edições URCA, 2010h.

LATOUR, Bruno. *Imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré-crise*. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/008-1>. Acesso em: 17 abr. 2020, às 14:34.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. A epidemia de varíola e o medo da vacina em Goiás. *História, Ciências, Saúde*, Manguinhos, v. 20, n. 3, jul.-set. 2003, p. 939-962. <https://doi.org/10.1590/S0104-597020130003000011>

PALACIOS, Guilherme. Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste oriental do Brasil: 1700-1875. In: WELCH, Clifford Andrew et al. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 145-178.

PEREIRA, Aline Pinto. *A monarquia constitucional representativa e o locus da soberania no Primeiro Reinado: Executivo versus Legislativo no contexto da Guerra da Cisplatina e da Formação do Estado no Brasil*. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal Fluminense, 2012.

PEREIRA, Sóstenes. *Contágio: uma Visão Histórica e Biológica das Epidemias*. Editora Claranto, 2007. p. 108.

REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. Senhores e trabalhadores no Cariri cearense: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX. 2014. Tese (doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2014.

SECRETO, Maria Verónica. *(Des)medidos – A revolta dos quebra-quilos (1874- 1876)*. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2011.

SILVEIRA, Anny, MARQUES, Rita. Sobre a varíola e as práticas da vacinação em Minas Gerais (Brasil) no século XIX. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 2, p. 387-396, 2011. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000200003>

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Tradução Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VALENTIM, A. Portugal e a Abolição do Tráfico de Escravos (1834-1851). *Análise Social*, Lisboa, Portugal, v. 26, n. 111, p. 293-333, 1991.

Ana Sara Cortez Irffi

Doutora pela Universidade Federal do Ceará (UFC), em Fortaleza, CE, Brasil; professora pela mesma universidade.

Ana Isabel RPC Reis

Doutora pela Universidade Federal do Ceará (UFC), em Fortaleza, CE, Brasil; professora pela Universidade Regional do Cariri (URCA), em Crato, CE, Brasil.

Endereço para correspondência

Ana Sara Cortez Irffi
Universidade Federal do Ceará (UFC)
Avenida da Universidade, 2762
Benfica, 60020181
Fortaleza, Ceará, Brasil

Ana Isabel RPC Reis
Universidade Regional do Cariri
Rua Cel. Antônio Luis, 1161
Pimenta, 63105000
Crato, Ceará, Brasil